

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Veio hoje a público, através de vários órgãos da Comunicação Social, que o Ministério das Finanças não autorizou a utilização das verbas necessárias para a aquisição de novas ambulâncias pelo Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), não obstante a verba ser do próprio instituto. A informação foi já confirmada pelo próprio INEM, bem como pela Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP).

As viaturas em causa, em número de 75, destinam-se à renovação da frota de ambulâncias afetas aos corpos de bombeiros e a delegações da Cruz Vermelha, que compõem os postos de emergência médica. De referir que o processo de renovação das viaturas consta de um plano plurianual – para o período de 2018 a 2012 – que o INEM apresentou à tutela em 2017, plano esse que obteve a concordância do então secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Fernando Araújo. Nesse plano, o INEM invocava a “*absoluta necessidade de renovação*” das ambulâncias, uma vez que as existentes têm vários anos de uso, ultrapassando muitas delas os 12 anos, o que leva a que tenham de ficar muitas vezes indisponíveis devido a avarias mecânicas.

Para 2019, o plano do INEM previa a aquisição de 75 novas ambulâncias (o mesmo número de ambulâncias que, de acordo com o referido plano, foram renovadas em 2018), tendo o instituto submetido ao Ministério das Finanças um pedido de autorização para utilização dos saldos de gerência do instituto de anos anteriores, no valor de cerca de 5 milhões de euros. **Acontece que o Ministério das Finanças autorizou apenas a utilização de um milhão de euros, verba manifestamente aquém do necessário para a prevista renovação das viaturas.**

Importa ainda referir que sempre que as ambulâncias próprias do INEM não se encontram disponíveis (por estarem, por exemplo, avariadas), os bombeiros e a Cruz Vermelha Portuguesa recorrem às suas próprias viaturas, situação que onera em mais do dobro o valor suportado pelo Instituto de Emergência Médica.

Para 2019, estava prevista a renovação das ambulâncias para várias dezenas de corporações de bombeiros, entre as quais os Bombeiros Voluntários do Montijo, de Ílhavo, de Torres Novas,

Trofa, Algés, Óbidos, Ourique, Oliveira do Bairro, Ponte de Lima, Mirandela, Entroncamento, Ovar, Seia, Penacova, Leiria, Cascais, Santiago do Cacém, Beja, Fátima, Oeiras ou Valença.

Para o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, este bloqueio incompreensível do Ministério das Finanças à aquisição de novas ambulâncias para o INEM configura, para além de uma prática recorrente neste Governo de veto de gaveta, uma enorme manifestação de irresponsabilidade e de insensibilidade por parte do ministério liderado pelo Dr. Mário Centeno. Tratando-se o socorro de emergência médica às populações de uma área vital e hipersensível onde é essencial uma resposta rápida e de qualidade por parte dos profissionais envolvidos, o PSD considera absolutamente inadmissível que lhes sejam negados os recursos e os meios indispensáveis à sua missão.

Acresce, neste caso concreto da proibição expressa do Ministério das Finanças da renovação de 75 ambulâncias do INEM, que a situação é tanto mais absurda quanto a verba em causa pertence ao próprio instituto - resultado da sua gestão -, não onerando por isso o Orçamento do Estado.

Este não é, porém, caso único da irresponsabilidade de um Governo que, ao longo de quase quatro anos em funções, tem falhado sistematicamente aos Portugueses. Falhado nas promessas que faz e falhado nos serviços que devia prestar, e não presta, aos cidadãos. Sem recuar muito, e a título de exemplo, refira-se apenas os casos dos livreiros que não estão a receber a tempo e horas o pagamento por parte do Estado pela disponibilização dos manuais escolares, ou as verbas que o Governo continua por pagar aos bombeiros portugueses, ou ainda a promessa não cumprida de que o novo ano letivo se iniciaria com a contratação efetiva de mais de mil assistentes operacionais.

Perante tantos exemplos de insensibilidade e de irresponsabilidade de um Governo que, de forma bipolar, promete tudo a todos mas que depois, em grande parte pela ação direta e implacável do Ministério das Finanças, falha naquilo que é mais essencial para a vida e a segurança dos cidadãos, reforça-se cada vez mais a convicção de que o Dr. Mário Centeno está contra os Portugueses.

Assim, ao abrigo das normas constitucionais e regimentais aplicáveis, vêm os Deputados abaixo assinados, por intermédio de V.^a Exa., solicitar que o Senhor Ministro das Finanças responda às seguintes questões:

1. Vai o Ministério das Finanças dar ao INEM a autorização para a utilização da verba necessária – e proveniente dos saldos de gestão do próprio instituto – para a aquisição das 75 ambulâncias previstas para a renovação da frota em 2019?
2. Existem outros casos, no INEM ou em outros organismos públicos, em que o Ministério das Finanças esteja a proibir ou a bloquear a utilização de verbas próprias desses mesmos organismos para a aquisição de bens ou serviços indispensáveis ao seu funcionamento ou atividade?

Palácio de São Bento, 23 de agosto de 2019

Deputado(a)s

FERNANDO NEGRÃO(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)